

A dinamização da indústria enquanto influência na urbanização das cidades médias

Rita de Cássia Oliveira Lima Alves¹
José Antônio Gonçalves dos Santos²
Patrícia Santos Cardoso Gondim³

Resumo: Este artigo tem como objetivo expressar as bases históricas e conceituais que envolvem o processo da dinamização da indústria no Brasil, na qualidade de instrumento fomentador da urbanização das cidades médias. Estas, por sua vez, estão, neste artigo, ancoradas em bases conceituais, as quais permitem compreender o seu papel neste contexto. O estudo possui natureza qualitativa e características descritivo-exploratória, a qual busca reconhecer os aspectos referentes à relação entre cidades médias e industrialização. Para tanto, refletiu-se sobre os papéis das cidades médias no contexto da evolução das suas concepções, tendo em vista que sua dinâmica urbana é condição essencial à implementação de equipamentos, a exemplo da indústria, capazes de fixar a população nestes espaços. Os resultados demonstram que as cidades médias acumulam um histórico de desigualdades econômicas e sociais que impactam negativamente a vida da população ali residente, inferindo-se, assim, a necessidade de buscar, no processo de industrialização, a redução de tais impactos. Como resultado, verificou-se, ainda, a relação de complementariedade entre os dois temas, o que facilita o planejamento e a gestão de ações na área em questão. Como principal conclusão este estudo indica que as cidades médias, embora possuam capacidade e equipamentos urbanos de modo a abranger, relativamente, a sua Região de Influência, ainda urge de consolidação de tantos outros processos, a exemplo de uma melhor dinamização da indústria.

Palavras-chave: Cidades médias. Indústria. Urbanização.

1 Introdução

Ao integrar um grupo de países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – (BRICS), estes compartilham uma situação econômica, cujos índices de desenvolvimento se assemelham em determinados aspectos e, embora não possuam característica formal de Bloco Econômico, desenvolvem alianças e se fortalecem no cenário político e econômico internacional. Como características em comum, dispõem da afluência de grande contingente populacional, associada à ampla extensão territorial, cuja qualificação pode ser empreendida pelo grupo, em favor dos seus interesses coletivos e nacionais. Emerge, neste contexto, um contínuo processo de reconfiguração

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental, Universidade de Barcelona/UESB. Professora da UESB. Grupo de Pesquisa Cidades Médias e Redes de Empresas. E-mail: rcassialimaa@gmail.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Agronomia pela UFBA. Professor da UESB. Grupo de Pesquisa Cidades Médias e Redes de Empresas. E-mail: joseph.toni@gmail.com.

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental, Universidade de Barcelona/UESB. Analista Universitária da UESB. Grupo de Pesquisa Cidades Médias e Redes de Empresas. E-mail: patriciacgondim@gmail.com.

espacial, onde os cinco países protagonizam a influência de um crescente cenário geopolítico, em condições de alterar a atual lógica econômica internacional.

O Brasil desponta neste panorama ancorado por expressivas extensões territoriais e mercado interno em constante evolução, ainda que com baixa capacidade econômica de produção e consumo, se comparado aos países considerados desenvolvidos. Como diferencial, o país possui potencial para fornecedor mundial de produtos agrícolas, a exemplo da soja, além de carne de frango e grandes reservas minerais (Portal da Indústria, 2017). Ademais, mesmo dispondo de infraestrutura, cuja necessidade de avanço é imperativa, nota-se a evolução do seu parque industrial e consequente deslocamento da população para os centros urbanos, em busca de uma qualidade de vida que, até então, as áreas rurais ainda não dispunham.

As cidades médias se inserem neste contexto na medida em que estas, impelidas por uma população que segue em direção aos centros urbanos, transformam a sua dinâmica espacial, especialmente em função da ampliação e/ou deslocamento dos investimentos dos segmentos produtivos, a exemplo da indústria, das metrópoles para tal configuração de cidades (as médias). Instiga, assim, o fomento ao crescimento e posterior fixação da população urbana nestas cidades. É ante essa realidade que este artigo se propõe a compreender, perante as peculiaridades deste país, a influência da industrialização na sua rede urbana, especificamente nas cidades médias, tendo em vista que, dos seus 190.732.694 habitantes, 84% destes residem em áreas urbanas, conforme último Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Contextualizar o Brasil, considerando o seu cenário de urbanização e industrialização das suas cidades médias é, portanto, o principal objetivo deste artigo. Para tanto, adentrar-se-á a uma breve reflexão sobre a dinâmica conceitual das cidades médias no mundo e no Brasil. Em seguida, analisar-se-á os impactos da urbanização no crescimento da industrialização nacional. Ao final, buscar-se-á analisar a relação entre cidades médias e urbanização, enquanto reflexões que fomentem o desenvolvimento de políticas que favoreçam tais ambientes, em prol da sociedade.

No que se refere à metodologia utilizada para a realização da pesquisa, cabe ressaltar que enquanto metodologia aplicada, o estudo qualitativo possui natureza descritivo-exploratória, o qual busca reconhecer os aspectos referentes à relação entre cidades médias e industrialização. Para tanto, refletiu-se sobre os papéis das cidades médias no contexto da evolução das suas concepções, tendo em vista que sua dinâmica urbana é condição essencial à implementação de equipamentos capazes de fixar

a população nestes espaços. Em seguida, identificou-se a relação entre cidades médias e industrialização, adotando-se como referência a experiência brasileira.

2 Reconhecendo a dinâmica conceitual das cidades médias

Ao buscar uma acepção para o tema em questão, Lefebvre (1999) já alerta que um conceito surge e formula-se sob determinadas condições históricas e, por isso, expressa os paradigmas do pensamento científico e o contexto histórico que predominam na época do seu nascimento. Concordando com esta lógica conceitual, as considerações sobre cidades médias nela se inserem, na medida em que modificaram-se no contexto histórico em que, a cada época, haviam se consolidado, o que tem provocado diferentes e evolutivos posicionamentos, que ora se complementam, ora divergem entre si.

Uma das mais significativas contribuições em busca de uma definição sobre cidade média remonta à década de 1930 e está relacionada à capacidade de intermediação que este perfil de cidade desenvolveria com as pequenas e grandes cidades, em função do seu papel integrador e intermediador. O geógrafo Walter Christaller (1966) fomentava esse debate quando buscou explicar, por meio do princípio básico da Teoria dos Lugares Centrais, a centralidade do espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal, denominado lugar central. Para o autor, a região complementar, ou entorno, possuiria uma relação de co-dependência com o núcleo principal, por este constituir-se no *locus* ofertante de bens e serviços, que deveriam ser genuinamente urbanos.

A Teoria das Localidades Centrais, desta forma, já defendia que um sistema de cidades, uma rede inter e intra-urbana caracterizada por uma hierarquia de lugares centrais, não surge eventualmente. Ao contrário, nasce das relações sócio espaciais estabelecidas, baseadas no tamanho, nas funções e nas distâncias interurbanas. Para o autor, quanto maior a centralidade de um lugar central, maior o seu entorno, ou seja, quanto maior a complexidade do serviço oferecido, maior a área atendida por esse centro.

Christaller (1966) delimitou ainda o que seriam os locais que poderiam ou não ser considerados centrais, ao definir a hierarquia urbana (vila, centro, cidade, conurbação). O espaço rural, inclusive, foi também lembrado e descrito, comparativamente, como um lugar pouco habitado e com atividades caracterizadas como pouco dinâmicas e com baixa polarização, conforme afirma o autor:

in contrast to these central places are the dispersed places, all those places which are not centers. They include: (1) areally-bound ones – those settlements the inhabitants of which live on their agricultural activities, which are conditioned by the land area surrounding them; and (2) point-bound ones – those settlements the inhabitants of which make their living from resources found at specific locations (CHRISTALLER, 1966, p.16).

À luz das lições de Christaller, os lugares centrais encontram-se em dissemelhança aos locais dispersos. Neste caso incluía-se: 1- áreas-limites - são as que os habitantes das povoações que vivem das suas atividades agrícolas, que são condicionados pelas áreas em torno delas; e 2- ponto-limite – são os assentamentos onde os habitantes vivem a partir de recursos em locais específicos. O espaço urbano para Christaller (1966), portanto, necessita ser densamente povoado com presença de atividades comerciais e industriais, no qual existe uma hierarquia no entorno da sua localidade. O espaço rural, por sua vez, caracterizar-se-ia pela baixa concentração populacional, além de uma reduzida atividade econômica, no qual não geraria um atrativo para a população, não havendo, assim, a possibilidade de formação de redes hierárquicas. Na atualidade, no entanto, tal argumentação guarda dependência com o espaço geográfico, pois existem empresas agrícolas rurais que movimentam alta concentração de recursos, gerando grande atividade econômica.

A contribuição da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller nas discussões sobre cidades médias consiste, dentre outros importantes aspectos, na elaboração de um modelo que posiciona a cidade como local central para o controle de toda relação, seja com o campo, seja com as pequenas cidades, sendo estes subordinados às decisões socioeconômicas advindas da cidade hierarquicamente maior. Assim, a relevância desta teoria está no caráter inovador de apresentar, à época, interdependência entre uma cidade e a região em que está situada, sendo este aspecto fundamental na análise das cidades médias, mesmo na atualidade, embora este modelo, ao ser utilizado, passe, continuamente, por adaptações à nova realidade temporal, social e econômica. Não obstante as questões regionais fossem de significado impar na discussão sobre cidades médias, a interação entre as escalas intra-urbana e regional, sinalizava a necessidade de equilíbrio.

Spósito (2001) afirma que, na década de 1970, considerava-se cidade média aquela com população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes, sendo, portanto, muito comum que a metodologia para essa classificação estivesse relacionada especialmente ao aspecto demográfico. Mais recentemente, este número foi elevado para cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes (SANTOS, 2005). Verifica-se, ante o exposto, que o critério demográfico constituiu-se, também no Brasil, uma

primeira aproximação da discussão sobre as principais concepções sobre cidades médias, sendo possível, ante tal requisito, identificar o grupo ou a faixa de cidades que podem ser categorizadas como tal.

Alinhando-se e evoluindo como o pensamento mundial, Castello Branco (2006, p.246), comunga com a concepção de que cidades médias não se vinculam apenas à categorização por tamanho populacional. Para a autora, os dados demográficos não podem ser considerados como absolutos ou separadamente de toda dinâmica que envolve uma cidade. Desta forma, é possível afirmar que, ainda que o critério demográfico não seja fator determinante para categorizar a cidade como média, tendo em vista que nem sempre este requisito garante o papel de relevância de uma cidade ante os requisitos já evidenciados, tal critério pode ser analisado como uma primeira aproximação entre as duas concepções.

Enfim, embora o critério demográfico apresente limitações relacionadas à temporalidade e a diversas outras características, não convém desconsiderar tal requisito, pois, como afirma Matos (2000), “o país vem ingressando em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é um fator-chave”. Ademais, a análise da questão demográfica, as quais categorizam as cidades a partir do seu porte, possui relevância, embora não convenha considerá-la isoladamente, na medida em que esta pode captar os movimentos migratórios e as implicações que possuem para a economia da cidade.

Ao longo do tempo outros fatores passaram a ser considerados na definição de cidades médias. Mais recentemente, no decorrer da década de 1980 e 1990, há um uso crescente do adjetivo “intermédia” para classificar esta categoria de cidades. Segundo Bellet Sanfeliu e Llop Torné (2003), tem-se que, *in verbis*:

La delimitación del objeto de estudio con rígidos criterios de cantidad resultaría totalmente infructuosa. Las ciudades se consideran intermedias no solo con arreglo a tallas demográficas y dimensiones determinadas (coherentes con su contexto geográfico), sino, sobre todo, con relación a las funciones que desarrollan: el papel de mediación en los flujos (bienes, información, innovación, administración, etc) entre los territorios rurales y urbanos de su área de influencia y los otros centros o áreas, más o menos alejados. Funciones de intermediación entre los espacios locales, territoriales y los espacios regionales e, incluso, globales (LLOP TORNÉ, 2003, p. 2).

Para além da adjetivação, mais uma vez, os autores refutam claramente o critério do quantitativo populacional, em função da rigidez da análise acerca das cidades médias. Para estes, outras dimensões devem ser consideradas, a exemplo da intermediação dos fluxos de bens, informações e

inovação. E mais, mesmo a terminologia “cidades médias” induz ao caráter de rigidez, sugerindo-se, inclusive, a sua substituição pela terminologia “intermedias”. Encontra-se expresso na visão dos autores, a busca por um conceito mais flexível e que se adeque a uma realidade de mundo que não é estática, e sim em constante processo de mutação e de caráter bastante flexível. Dessarte, acrescentam os autores que há necessidade de novas dimensões. Nesse sentido:

El adjetivo *intermedio/intermediario*, cuyo empleo se inició en los medios académicos a mediados de los ochenta, dilata el significado de La denominación a la que sustituye: ciudad media. La dimensión, la talla demográfica y la extensión física eran las variables que contribuían, mayormente en la delimitación/definición de ciudad media, variables que actualmente se consideran demasiado rígidas y estáticas. Por el contrario, *intermedio/intermediario* introduce nuevas dimensiones (BELLET, C.; LLOP, J. M^a, 2003).

De acordo com Bellet Sanfeliu e LlopTorné (2003), o adjetivo “intermedia” evidencia maior adequação à utilização do debate sobre esta categoria de cidades, pois evidencia mais apropriadamente o caráter de transição e mediação do que é intermédio ou intermediário. Neste sentido, predomina a concepção do caráter de transição, mutante, pelo qual essa categoria vivencia. Ou seja, se desloca de uma condição de pequena cidade para intermediária, e, por conseguinte, podendo alcançar, inclusive a categorização de uma grande cidade.

As considerações atuais acerca da especificidade e relevância do conceito das cidades médias avançam ao serem relacionadas exaustivamente a um discurso de que as mesmas podem representar um fator de reequilíbrio e de melhorias do processo de urbanização historicamente desequilibrado. Para Bellet Sanfeliu e Llop Torné (2003), as cidades intermediárias devem se pautar na ideia e nas políticas de urbanização sustentável e territorialmente equilibrada como contraponto à concentração populacional e aos problemas engendrados por este processo. Tais concepções ficam latentes quando os autores defendem que a cidade intermediária introduz três novas dimensões: a capacidade de criar relações e tecer uma rede; os aspectos mais dinâmicos e estratégicos incorporam novas possibilidades para a autoafirmação, o reforço da visão de cidade-região e a abertura/consolidação expandem-se nos aspectos regional, nacional e, inclusive, internacional. Por fim, indicam a substituição do sentido estático e claramente hierarquizado que faz parte das teorias mais clássicas como conceito de sistema urbano, por uma nova ideia mais aberta, dinâmica e interativa.

Nota-se que aspectos, tanto positivos, como limitantes, podem ser evidenciados em relação a configuração das cidades médias. Fato é que, ante a complexidade de tal configuração, é imperativo que haja novos enfoques para as emergentes questões da urbanização. A educação, a saúde, a segurança, a habitação, o lazer, o emprego, enfim, a qualidade de vida de sua população dependem de estratégias condizentes com o contexto em que as cidades vivenciam atualmente. Tal necessidade se consolida ao considerar-se o papel que a cidade média pode promover; segundo Fournier, Francine (1999):

Como centros que contribuem ou podem contribuir para um processo de urbanização mundial mais sustentável e territorialmente mais equilibrado; Como centros que estabelecem relações mais diretas e equilibradas na sua área de influência; Como um tipo de assentamento humano, que pode oferecer maior qualidade de vida à população residente, em função da sua escala urbana; Como centros que podem permitir uma maior participação cidadã no governo da cidade e seus assuntos (FOURNIER, FRANCINE, 1999, p.9).

Revela-se importante, então, o papel e a função que este perfil de cidade exerce em seu território imediato, além dos fluxos estabelecidos na e além da sua região de influência. Essencial evidenciar ainda, que as cidades incluídas nesta categoria constituem-se em centros que disponibilizam bens e serviços relativamente especializados, destinando-os à população da mesma cidade e das demais áreas (sejam urbanas ou rurais), mais ou menos próximas sobre o qual exercem certa influência.

3 Descentralização industrial e as cidades médias brasileiras

Segundo Santos e Santos (2017), a grande depressão econômica iniciada em 1929 e o golpe de estado ocorrido no Brasil, em 1930, explicam o fim da hegemonia agrário-exportadora e o começo da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial no país. A crise econômica resultante da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 contribuiu para impulsionar a industrialização brasileira.

Para Santos (1998), essa industrialização não se refere a um processo de restrito de criação de atividades industriais nas localidades. Significa *um processo social complexo* (p. 102) de formação do mercado interno e de infraestrutura do território, visando-se integrar as regiões do país, o que ampliou o consumo em diversas formas. Isso resultou em estabelecimento de relações que favoreceram o processo de urbanização.

No Brasil, a década de 1950 foi marcada por políticas de desenvolvimento voltadas à industrialização nacional, implementadas no governo Juscelino Kubitschek (1955-1960). O Plano de

Metas de Kubitschek contribuiu para superação da industrialização restringida e iniciou o período desenvolvimentista, conforme afirma Mello, (2009).

O foco estava no fomento ao processo de industrialização e o Plano de Metas estabelecido por JK contribuiria assim, também, para o avanço da urbanização do país. Ações foram implementadas para que tais políticas fossem aplicadas, com maior ênfase nas regiões Sul e Sudeste do país, em detrimento das demais regiões do país. Nas demais regiões, portanto, essas iniciativas não se projetaram na mesma proporção, pois, mesmo com tal medida, a política de expansão industrial brasileira priorizou uma acentuada concentração espacial das forças produtivas nas regiões Sudeste e Sul. Esse quadro contribuiu para a intensificação das disparidades regionais que, certamente, pode explicar as especificidades regionais das taxas de urbanização apresentadas nessa época e nas décadas seguintes. Para Prado Júnior

O crescimento da indústria brasileira, mesmo nos seus anos de maior prosperidade, não logra absorver e dar ocupação à mão-de-obra disponível que o aumento populacional vai por isso jogando para uma posição marginal. Fato esse claramente patentead, entre outros, na maioria dos centros urbanos de certa importância da maior parte do país onde se acumula uma crescente população de desocupado ou semi-ocupados permanentes. Calcula-se que no Nordeste cerca de 500.000 pessoas vivem nessas condições. Coisa semelhante se observa inclusive no Rio de Janeiro e em algumas das principais cidades do Rio Grande do Sul. Mesmo em São Paulo, a principal e mais ativa região industrial do país, fato idêntico já começa a se fazer sentir (PRADOJÚNIOR, 2008, p. 322).

Nessa direção, a urbanização vem, ao longo das décadas, apresentando peculiaridades e taxas regionais diferenciadas. Dessa forma, evidencia uma realidade disforme e a organização territorial e urbana do Brasil vem se revelando complexa, devido às disparidades sócio-política-econômica existentes entre as diversas regiões, conforme demonstra tabela abaixo.

Tabela 1: Taxa de urbanização das regiões brasileiras

Região	Anos							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,00
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9
C. Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,31

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010

Os dados acima revelam que as diferenças das taxas de urbanização entre as regiões são menos relevantes na década de 1940, se comparadas a 1960. Adotando como marco histórico a segunda metade do século XX, o processo de urbanização do país consolidou-se, apresentando os maiores índices no final desse período, quando a população urbana foi expressivamente superior em todas as regiões brasileiras. Essa interpretação aponta para a persistência da urbanização no Brasil, alcançando o século XXI.

Neste período, a região Sudeste, beneficiada por maiores investimentos na indústria e, portanto, mais modernizada, revela avanços importantes em seu processo de urbanização. Tais avanços se concretizariam e conservariam a referida região em posição de destaque e primazia nas décadas seguintes. Há que se salientar ainda que a Região Centro-Oeste, por ocupar o posto de Região menos urbanizada do País entre as décadas de 1940 e 1960, assume o segundo lugar após o início de 1970. A partir da década de 1960, a região Sul, por sua vez, conheceu uma aceleração do seu crescimento urbano nas duas décadas seguintes.

Em paralelo, encontrava-se a região Nordeste que, por possuir uma infraestrutura precária, resultante de políticas governamentais equivocadas, entre outros fatores, contribuiu para a conservação da pobreza de milhões de pessoas, impedindo uma urbanização mais expressiva, sobretudo nas suas cidades médias. Os precários modelos de gestão, reforçados por estruturas sociais obsoletas, associado ao baixo investimento na indústria, impediram o avanço das mudanças sociais e econômicas e o próprio processo de urbanização da região Nordeste. Em função de uma carência de melhor qualidade de vida, os nordestinos, por longos anos, passaram a ser os imigrantes majoritários das grandes cidades brasileiras. Destarte, a região Nordeste possui uma população economicamente desfavorecida em sua maioria e as políticas públicas adotadas ao longo dos anos não têm sido suficientes para minorar tal disparidade. O lento crescimento econômico que, durante décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino, continua, na atualidade, marcado por um quadro de pobreza, agravado, nos últimos anos por fatores climáticos relacionados à seca e replicado na qualidade de vida dos seus habitantes, impelindo estes a intensos processo de migração.

Desta forma, dentre as regiões brasileiras, aquela que se urbanizou mais rapidamente foi a Sudeste. Por outro lado, aquela onde o processo de urbanização ocorreu de forma mais lenta foi a região Nordeste. Em 1991, as regiões Norte e Nordeste apresentavam as menores taxas regionais de urbanização do país e o Sudeste manteve, no início do século XXI, predominância de população urbana em relação à totalidade do país (IBGE, 1940-2000).

Em relação à população total do Brasil na década de 1960, a região Nordeste apresentou uma população urbana referente a 34,24% - a menor taxa dentre as demais regiões brasileiras. Já a região Sudeste possuía naquele período o maior número de residentes urbanos em relação às outras regiões brasileiras: 57,36%. Em 1970 e 1980, essas duas regiões continuaram sendo as primeiras do Brasil, respectivamente, em número menor e maior de população urbana, em que o Nordeste apresentou uma taxa de urbanização equivalente a 50,44% e o Sudeste 82,79%.

A região Sudeste dinamiza “[...] seus subespaços, com o objetivo de expansão econômica, contribuindo, desse modo, para uma maior divisão do trabalho e um processo intenso de urbanização [...]” (NAVARRO, 2005). Tal processo se expressou entre os anos de 1960 e 2002 no aumento da população urbana e consequente elevação da taxa de urbanização.

Ao alcançar êxito da industrialização nas regiões mencionadas, Milton Santos (1993), já alertava, desde a década de 1960, que o fenômeno da urbanização nas condições em que fora implementada, estimularia o êxodo das demais regiões, impulsionando um intenso deslocamento da população do Norte e Nordeste para as regiões Sudeste e Sul. Ademais, a taxa de natalidade elevada neste período, além do progresso sanitário, a expansão dos serviços e melhoria do padrão de vida nas grandes cidades, que derrubou, sobremaneira, as altas taxas de mortalidade nas mesmas, contribuíram, sobremaneira para a alta concentração populacional nos grandes centros. Como resultado, ao final da década de 1950, 36,16% da população do país já residia nos centros urbanos, em contraponto aos 31,24% da década de 1940.

Em paralelo, à época, os efeitos da inclusão das cidades médias nas políticas de ordenamento urbano franceses repercutiram pelo mundo, vindo a ecoar no Brasil. Nas décadas seguintes, o debate sobre desconcentração e descentralização das atividades urbanas no Brasil entravam na pauta das prioridades do Governo e norteavam interesses relacionados à minimização das disparidades regionais já bastante acentuadas, diante de um quadro de concentração urbana, que se arrastava, por longas datas. Outra preocupação relacionava-se à descentralização e desconcentração populacional das metrópoles, por meio da redistribuição do incentivo às atividades econômicas, sobretudo industriais. Isto posto, ao considerar-se o cenário nacional, grande parte das transformações promovidas pelos poderes públicos estadual e federal, sobretudo no período que abrangeu de 1960 a 1970, foram decisivas para o fortalecimento das cidades enquanto articuladoras dos fluxos de pessoas. Tais transformações promoveram também a busca por capital imobiliário para fins de dinamização dos seus territórios, cujo propósito era consolidar os papéis destes na sua rede urbana.

O marco referencial para o fortalecimento desta nova categoria de cidades ocorreu a partir da década de 1970, quando a região metropolitana de São Paulo (RMSP) deixa de ser o polo específico concentrador da atividade industrial do Brasil, passando tal atividade a ser desempenhada também em outras áreas do país. Tal fenômeno tornou-se conhecido como desconcentração industrial. Dentre os espaços para os quais a indústria se desloca no Brasil, identifica-se as cidades médias, que, desde então, têm recebido grande contingente populacional, passando, assim a experimentar importantes transformações espaciais, culturais, econômicas e políticas.

Não obstante tal situação, após a década de 1970, a descentralização da atividade industrial no Sudeste se generalizou em direção às diversas regiões do país, incrementando a desconcentração populacional. Neste período, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, passa a incentivar a criação de novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento econômico nas cidades que, à época, ainda eram denominadas de porte médio, em função da sua categorização demográfica.

Em função da descentralização industrial, ocorreu, assim, nas últimas décadas, estimulados pela descentralização industrial, uma redução dos fluxos migratórios no país, sendo que as cidades médias cumprem um papel decisivo na redistribuição da população urbana brasileira. Para implementar sua intervenção a favor da desconcentração das grandes aglomerações e das possibilidades de desenvolvimento das cidades médias, o Estado atuou com intervenção direta por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O II PND viria promover a desconcentração espacial da indústria em São Paulo e incentivaria o desenvolvimento deste setor, bem como daqueles a ele complementares, em diferentes espaços nacionais. Esse plano estava inserido nas estratégias do governo para dar continuidade ao momento que o país vivenciava, período denominado como Milagre Econômico, em que o Brasil exibia elevadas taxas de crescimento econômico. O plano tinha como meta a manutenção do crescimento econômico e industrial, o investimento em setores de transporte (ferrovias e hidrovias) e comunicação, e a modernização das regiões não industrializadas através da descentralização espacial dos projetos de investimentos. O II PND contou com os financiamentos do setor privado, além de investimentos públicos.

Nesse período (década de 1970), o foco estava, portanto, no desenvolvimento econômico das regiões mais distantes e menos contempladas pelas políticas públicas do governo federal. Estas foram, assim, favorecidas pelo desenvolvimento acentuado dos setores de transportes e de comunicações, além da presença, nestas regiões, de recursos naturais abundantes - fato especialmente importante por

atender a outro dos principais objetivos do II PND, qual seja, o de promover o crescimento do setor de bens intermediários, visando à consolidação da integração da estrutura industrial brasileira. Tal condição contribuiu sobremaneira com o processo de urbanização nessas regiões, sobretudo por meio das cidades médias.

O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) era parte integrante do II PND, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU) da época. De acordo com Pontes (2000), a referida Comissão classificou as cidades médias brasileiras em dois grandes grupos, sendo um formado pelas cidades médias integradas à rede urbana e o outro pelas cidades situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas. O primeiro grupo compõe-se de cidades que sofrem influência da metrópole, localizadas, predominantemente, no Sudeste e no Sul do país. Por outro lado, pertencem ao segundo grupo aquelas cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional, as cidades que servem de ponto de apoio às zonas de colonização agrícola, as cidades essencialmente administrativas e as cidades que canalizam produtos básicos destinados à exportação (PONTES, 2000).

Para a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), nos termos mencionados por Pontes, o estudo das cidades médias era importante porque essas cidades estavam se constituindo em:

lugares centrais comercializadores e supridores de serviços para áreas rurais e centros urbanos de hierarquia inferior, apresentando base terciária relativamente complexa e diversificada; b) - centros industriais com diversificação de estrutura industrial para atendimento de sua região de influência especialmente bens de consumo ou especialização para atendimento de mercado macrorregional ou nacional; - c) - polos ou complexos industriais implantados por decisões governamentais (PONTES, 2000, p.17).

De acordo exposição de Pontes, a citada CNPU ainda destacou que os centros comerciais de médio porte poderiam colaborar no espaço interno brasileiro, no sentido de possibilitar, *ipsis litteris*:

[...] maior eficiência do sistema industrial, na medida em que se organizaram espacialmente de forma a descentralizar os núcleos metropolitanos sem perda das suas vantagens de aglomerações; b) para a promoção de maior equidade inter-regional na medida em que propiciaram uma distribuição de metrópoles regionais, inclusive pelo fortalecimento de lugares centrais ou de lugares centrais transformados em centros industriais (PONTES, 2000, p.17).

O PNCCPM escolheu como critério para definição de cidades de porte médio o tamanho demográfico (ou seja, aquelas com população entre 50 mil a 250 mil habitantes), o dinamismo econômico e a função regional. Concomitantemente ao desenvolvimento do programa, as cidades médias, sobretudo as mais industrializadas, passaram a exhibir expressivas taxas de crescimento, fruto do seu dinamismo econômico, político e social, que foi viabilizado pela intervenção do Estado. Na década de 1970, no início do PNCCPM, o Brasil possuía 95 cidades que, de acordo com os critérios do programa, atendiam ao padrão cidade média. Desse total, beneficiaram-se do programa apenas 39 cidades, concentradas em sua maioria no Sudeste e Nordeste do país.

Ante o exposto, ao se considerar apenas os aspectos demográficos, os dados abaixo revelam que o ciclo de expansão da população urbana, até 1980, seguia em direção a uma forte concentração da população nas grandes cidades na época, sobretudo aquelas com mais de 100 mil habitantes. Nesta época, 57% da população já residia em cidades com mais de 100 mil habitantes e 35% da população residia em cidades maiores que 500 mil, conforme tabela 2.

Desde 1980, o ciclo de expansão começa a assumir um novo padrão, apresentando uma desaceleração mais acentuada do crescimento da população urbana e da evolução do seu grau de urbanização. Havia uma forte desconcentração relativa favorável a uma maior participação das cidades por uma população entre 100 e 500 mil habitantes, que continuam a crescer mais intensamente que as cidades com mais de 500 mil habitantes, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2: Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010

Grandes regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Número de municípios e população nos censos demográficos					
	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Número de municípios						
Total	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565
Até 2 000	15	56	56	58	105	118
De 2 001 a 5 000	263	602	610	682	1 225	1 183
De 5 001 a 10 000	651	1 058	957	1 055	1 312	1 212
De 10 001 a 20 000	847	1 159	1 114	1 299	1 382	1 401
De 20 001 a 50 000	783	826	872	926	958	1 043
De 50 001 a 100 000	143	157	240	284	301	325
Mais de 100 000	64	94	142	187	224	283
De 100 001 a 500 000	57	83	124	162	193	245



Mais de 500 000	7	11	18	25	31	38
População dos municípios						
Total	70.992.343	94.508.642	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Até 2 000	22.150	92.110	88.183	91.431	172.231	197.429
De 2 001 a 5 000	997.501	2.213.159	2.228.112	2.451.222	4.316.217	4.176.916
De 5 001 a 10 000	4.853.342	7.764.485	7.069.211	7.687.121	9.376.707	8.541.935
De 10 001 a 20 000	12.111.526	16.403.397	15.937.703	18.453.189	19.654.601	19.743.967
De 20 001 a 50 000	23.608.342	24.998.753	26.728.931	28.005.202	28.700.747	31.344.671
De 50 001 a 100 000	9.467.253	10.443.490	15.937.465	19.379.111	20.911.053	22.314.204
Mais de 100 000	19.547.932	32.593.189	53.160.968	70.850.183	86.459.137	104.436.677
De 100 001 a 500 000	9.113.130	14.610.868	23.631.329	32.073.626	39.576.864	48.565.171
Mais de 500 000	10.434.802	17.982.321	29.529.639	38.776.557	46.882.273	55.071.506

Fonte: IBGE, 2016

O território brasileiro, portanto, contém uma rede urbana complexa, hierarquizada, regionalizada e articulada em diversas escalas, em torno de diversos tipos e categorias de formas espaciais. Desse modo, [...] da cidade à vila rural, escala complexa rede de localidades apresenta uma grande diversidade de processos urbanos em curso sobre o território (SOARES, 2003, p. 74), o que pode denotar vários “olhares” e percepções acerca da temática.

Tal condição se justifica, pois, dada às suas políticas públicas adotadas ao longo do tempo e à sua grande extensão geográfica (8.514.876 km²), sob diversos aspectos, este país apresenta peculiaridades urbanas, socioeconômicas e geográficas, dentro da sua configuração territorial. O Brasil caracteriza-se, assim, como um país heterogêneo e de grandes desigualdades econômicas, sociais e espaciais, as quais replicam na caracterização das suas cidades. Em aquiescência com Santos (2008), os estados que realizaram um processo de planificação mais intensa têm grande função na criação de novas estruturas urbanas ou na modernização de antigas estruturas.

Nota-se, também, que as cidades médias, fortalecidas por seus equipamentos urbanos, a exemplo da indústria, em seus papéis de catalisadoras de sua região de influência, passam a ser vistas como uma composição de um sistema urbano, o qual envolve o exercício de centralidade, dentre outros aspectos igualmente relevantes, tais como o grau de especialização dos serviços e das atividades produtivas, sobretudo aquelas relacionadas à industrialização (SANTOS, 2008).

4 Conclusão

Este artigo intencionou refletir, por meio de abreviados recortes históricos, geográficos e econômico, como se consolidou o processo de urbanização no Brasil, sob a perspectiva das cidades médias e da industrialização. Contextualizar o Brasil, considerando o seu cenário de urbanização e industrialização das suas cidades médias foi, portanto, o principal objetivo deste estudo.

Em relação às cidades médias nota-se a influência da indústria, como instrumento de desconcentração populacional dos grandes centros, associados à necessidade de promover o crescimento e o desenvolvimento de um país de grandes extensões territoriais. Ante o exposto e, ao reproduzir o histórico das cidades médias frente ao seu processo de urbanização e industrialização, é possível inferir que as cidades médias brasileiras são reflexos das políticas econômicas adotadas de forma diferenciada em suas regiões, ao longo das décadas. Destas reflexões verifica-se um quadro de assimetria cada vez mais frequente na organização espacial das cidades que compõem o território nacional.

Referências

BELLET, Carme e LLOP, Josep M. **Ciudades Intermedias Perfiles y Pautas**, Lleda, 2001.

_____. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. In Catedra UNESCO UdL – **Ciudades intermedias** – urbanización y desarrollo. (2003). Disponível em <http://www.ceut.udl.cat/wp-content/uploads/Miradas-a-otros-espacios-urbanos-las-ciudades-intermedias.pdf>. Acesso em 18 de março de 2013.7

CASTELLO BRANCO, Maria Luiza. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M. B. C. (Orgs.). **Cidades Médias: Produção do Espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey, Prentice-Hall, 1966. Título original: DienZentralenOrte in süddeutschland.

CÔRREA, R.L. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

FOURNIER, Francine. **Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial**. Edita: Ajuntament de Lleida, UNESCO, UA, Ministerios de Asuntos Exteriores. Direccion: Joseph M. LiopTorné. Lleiga, Espanha, 1999.

IBGE. INDICADORES SOCIAIS MUNICIPAIS: **Uma análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010**. In: IBGE. Disponível em:



<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

NAVARRO, N. A. **Hospital de Base e a Formação de Subcentros da Zona Sul de São José do Rio Preto (SP) – 1950-2000**. . Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, 2005.

PONTES, B. S. **As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (1970)**. Boletim de Geografia. Maringá: UEM, nº 18, p. 1-27, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008

SANTOS, Ronan Soares dos; SANTOS, José Antonio Gonçalves dos. Capitalismo e cidadania: direitos sociais e os primórdios da industrialização no Brasil, Vitória da Conquista, **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Ano XIII, n. 22, p. 101-115, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no século XXI**. São Paulo: Record, 2005.

_____. **A Urbanização Brasileira**, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998

SANTOS, Vitória Carme Correia. **Políticas Públicas e Desenvolvimento na Região de Vitória da Conquista – Bahia: Recortes e redefinições Territoriais na ação do Estado**. Tese (Doutorado – UFS). Aracaju, 2008. 196 p.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, Editora da UNESP, n. 6, p. 55-64, 1999.

Recebido em: junho e julho de 2017

Aprovado em: novembro de 2017